

Inovações Temáticas, “Guinadas” Teóricas e Tradição Intelectual no Brasil

Wilson José Ferreira de Oliveira*

Fernanda Rios Petrarca**

RESUMO

Esse artigo analisa a produção acadêmica das ciências sociais brasileiras sobre a temática “elites”. Pretende-se dar conta tanto das inovações quanto dos problemas e desafios que ainda persistem na produção brasileira sobre o tema. Trata-se, primeiramente, de examinar os principais objetos, problemáticas teóricas e avanços metodológicos dos estudos recentes sobre grupos dirigentes no Brasil. Em segundo, trata-se de apreender a dinâmica de acesso aos principais espaços de produção das ciências sociais no país, as concentrações regionais e as redes de pesquisadores vinculados ao tema. Tais resultados evidenciam a pertinência de uma agenda de pesquisa reflexiva que leve em conta as condições e características próprias de construção dos grupos dirigentes em situações como a brasileira e que recuse a utilização “dedutivista” e “reificante” de teorias, conceitos e metodologias importadas.

Palavras-chave: Elites. Teoria. Sociologia Brasileira. Tradição Intelectual. Pesquisa Reflexiva.

* Doutor em Antropologia Social; Professor Associado 3 do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS.

** Doutora com pós-doutoramento em Sociologia pela UFRGS; Professora Associada 1 do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS.

ABSTRACT

THEMATIC INNOVATIONS, THEORETICAL “TURN” AND INTELLECTUAL TRADITION IN BRAZIL

This article analyzes the academic production of the Brazilian social sciences on the theme “elites”. The aim is to analyze both the innovations and the problems and challenges that still persist in Brazilian production on the subject. First, we examine the main objects, theoretical problems and methodological advances of recent studies on elites in Brazil. Second, we try to understand the dynamics of access to the main production spaces of the social sciences in the country, regional concentrations and networks of researchers linked to the theme. These results evince the pertinence of a reflective research agenda on the subject: to take into account the conditions and characteristics in the making of elites in the Brazilian situation; and to reject the “dedutivistic” and “reifying” use of imported theories, concepts and methodologies. Keywords: Elites. Theory. Brazilian Sociology. Intellectual Tradition. Reflective Research./

Introdução

Nos últimos anos, diferentes espaços da produção intelectual brasileira realizaram balanços sistemáticos sobre o estado da arte das ciências sociais no país, num claro desafio autorreflexivo. São exemplos disso as coletâneas “O que ler na Ciência Social Brasileira”, lançada em 1999 em três volumes sob a organização de Sérgio Miceli, e “Horizontes das Ciências Sociais no Brasil”, lançada em 2010 também em três volumes sob a coordenação de Carlos Benedito Martins e Renato Lessa. Acrescentem-se a isso os esforços continuados da BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – de produzir não só artigos sobre a produção bibliográfica a partir das mais variadas temáticas, como também a mais recente publicação, de 2017, “Sociologia Brasileira Hoje”, organizada por Carlos Benedito Martins e Sérgio Miceli numa iniciativa da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), e por fim, em 2018, os dois volumes da Revista Brasileira de Sociologia (da SBS) dedicados ao tema da sociologia brasileira.

Esse material oferece contribuições significativas para se compreender as temáticas priorizadas, as perspectivas teóricas valorizadas e os tratamentos metodológicos utilizados pelos cientistas sociais brasileiros. Além disso, ele

oferece um quadro amplo sobre as características e a dinâmica da produção nacional, ao evidenciar os objetos privilegiados, as correntes teóricas dominantes, o posicionamento dos cientistas sociais diante delas e as principais transformações ocorridas no decorrer de diferentes períodos. Em consonância com tais contribuições, este artigo analisa a produção acadêmica das ciências sociais brasileiras sobre a temática “elites”. Trata-se, por um lado, de apreender a dinâmica de acesso aos principais espaços de produção das ciências sociais no país, as concentrações regionais e as redes de pesquisadores vinculados ao tema. De outro, trata-se de examinar os principais objetos, problemáticas teóricas e avanços metodológicos dos estudos recentes sobre grupos dirigentes no Brasil.

Tal formulação remete a discussões e problemáticas teóricas relacionadas aos estudos dos movimentos intelectuais e da circulação internacional das ideias. De um lado, tais perspectivas têm salientado que a expansão de uma teoria depende de um trabalho social organizado, como forma de ação coletiva, e do reconhecimento de lideranças capazes de disputar no cenário internacional (FRICKEL; GROSS, 2005). Nesse sentido, trata-se de compreender a capacidade de certos movimentos intelectuais de ter acesso a recursos importantes (publicação, citação e circulação), de colocar em prática processos de micromobilização (recrutamento de novos membros) e de investimentos em capital social. De outro lado, salienta-se que tal circulação depende de efeitos estruturais internos conectados ao uso estratégico de textos e autores no campo nacional (BOURDIEU; WACQUANT, 1998; BOURDIEU, 2002). Isso implica nos voltarmos para as disputas intelectuais internas, os vínculos estabelecidos com autores situados no âmbito internacional e os usos estratégicos de autores e referências como forma de se distinguir no espaço de concorrência nacional.

No que pese a inovação teórica e a relevância dos aspectos levantados por tais perspectivas, um dos problemas por elas ignorado tem sido a análise das assimetrias intelectuais e do papel do colonialismo no processo de circulação, de imposição e de importação de ideias (MAIA; CARUSO, 2012). Nesta direção, o caso brasileiro traz uma contribuição pertinente para o estudo de tais processos de circulação de ideias e de movimentos teóricos, na medida em que se trata de uma tradição intelectual e acadêmica que foi construída numa relação de forte dependência dos centros dominantes (MAIA; CARUSO, 2012; COSTA, 2010). Desse modo, um dos elementos centrais que já tem

sido apontado por outros trabalhos é que nesse caso a produção intelectual tem como base a recorrente tensão entre “imitação” e “autenticidade”: ou ela importa, numa perspectiva de imitação, os dilemas transacionais ou ela se volta especificamente para problemas próprios e às vezes tidos como exclusivos da dinâmica nacional (MAIA; CARUSO, 2012). Se, por um lado, a preocupação com o “dilema nacional” ou com a “singularidade brasileira” impediu os cientistas sociais de lançarem os problemas estudados num universo mais amplo, por outro, a importação de modelos e teorias não se traduziu, na maioria das vezes, na reformulação crítica, mas serviu apenas de recurso para distinção e concorrência internas. Tal tensão traz como um dos efeitos mais perversos para a produção teórica nacional a dificuldade em inscrever problemas estudados, construídos a partir de casos empíricos pautados na realidade brasileira, em problemáticas mais gerais e, portanto, traduzíveis em questões universais.

Com base nisto, a leitura destas coletâneas sobre a sociologia brasileira, apesar de tratar de diversas temáticas, nos permitiu construir alguns eixos de investigação que têm caracterizado a pesquisa e a produção intelectual no Brasil. Dentre as características que têm predominado na nossa produção intelectual, destaca-se o caráter fragmentário dos grupos, o que conduz a recorrentes disputas entre redes de pesquisadores e, por vezes, à concentração regional. Associada a isto está, também, a continuidade de uma “tradição intelectual” fundada não só na importação de modelos e teorias eurocêntricas produzidas na Europa e nos Estados Unidos, como no desconhecimento das formulações teóricas, conceituais e metodológicas da produção nacional em sua área (BRANDÃO, 2010). Uma das principais consequências disso é que os cientistas sociais brasileiros assumem uma “posição subordinada na geopolítica mundial do conhecimento sociológico” (BRANDÃO, 2010, p. 45), restringindo-se a aplicar conceitos e técnicas importadas para compreender a dinâmica da sociedade brasileira, o que os remete a aludida tensão entre “imitação” e “autenticidade”.

Nessa direção, mobilizamos a noção de “guinada” como uma forma de apreender esse processo de produção de teorias e ideias, levando em conta tanto as disputas e concorrências internas quanto os efeitos do espaço internacional nos confrontos nacionais. Deste modo, nos referimos a sucessivas mudanças de orientações na produção nacional como novas “guinadas” teóricas. Isso porque o que está em jogo a cada renovação é o estabelecimento de novos pontos

de partida com base na importação de novos autores, abordagens, conceitos e mesmo metodologias. Para isso, a produção acadêmica nacional é praticamente ignorada, como se inexistissem estudos anteriores sobre tal temática.

Partimos da hipótese de que esta tensão está socialmente fundada na dinâmica própria do movimento intelectual nacional, que tem como base a fragmentação das redes de pesquisadores nacionais e a forte concorrência interna entre diferentes centros regionais de pesquisa. Tal fragmentação dificulta o “trabalho social organizado” de expansão teórica (FRICKEL; GROSS, 2005), impedindo que a ação intelectual coletiva produza lideranças capazes de disputar no cenário internacional. Do mesmo modo, as disputas internas entre redes regionais de pesquisadores são marcadas por recorrentes importação de autores e escolas como signos de distinções internas, passando de um momento em que eram pautadas pela “interpretação dos problemas nacionais” para outro em que se dão em torno da “interpretação de escolas e autores” dominantes nos centros dominantes (a saber Europa e EUA).

Com base nisto, buscamos neste artigo não só fazer um balanço, mas apresentar um levantamento crítico dos fundamentos teóricos e metodológicos dos estudos sobre elites no Brasil, considerando tanto a renovação trazida por um conjunto de abordagens e as problemáticas novas que elas levantaram, quanto as ausências, os esquecimentos e as dificuldades vinculadas à construção de linhas de investigação sólidas que tomem os grupos dirigentes como objeto de análise. Devido à diversidade e até mesmo à dispersão dos espaços de produção acadêmica sobre essa temática (eventos, revistas, livros), partimos do material publicado no Grupo de Trabalho (GT) sobre elites do Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

Sabemos que a produção acadêmica na área de elites no Brasil não se limita aos GTs da ANPOCS, sendo bem mais ampla e diversificada. Um estudo completo deveria, certamente, levar em conta várias instâncias institucionalizadas de produção e difusão científica. Dadas as condições de realização desta pesquisa, optamos pelo recorte dos trabalhos publicados no GT Elites da ANPOCS, tendo em vista, pelo menos, três elementos fundamentais (SAINT-MARTIN, 1988; COSTA, 2010): primeiro, a reunião anual da ANPOCS tem um peso significativo no trabalho político de representação, de constituição de instâncias de legitimação, difusão e consagração particularmente importantes e visíveis no cenário das ciências sociais nacional; em

segundo lugar, um novo GT não se constitui e se mantém se não tiver uma ampla articulação de redes de pesquisadores vinculados a diferentes centros regionais de ensino e pesquisa; por fim, a ANPOCS e os encontros anuais por ela promovidos tornaram-se um dos principais espaços de discussão, de promoção e de reconhecimento das principais lideranças intelectuais no âmbito das ciências sociais brasileiras. Com base nisto, consideramos que as apresentações, discussões e publicações do GT Elites da ANPOCS constituem um material suficientemente representativo das formas de produção e de uso de teorias sobre grupos dirigentes no Brasil, concentrando os principais pesquisadores da área e refletindo os principais polos de produção da temática no país.

Nosso ponto de partida é constituído por dois bancos de dados construídos a partir de um levantamento dos trabalhos apresentados no GT Elites da ANPOCS – desde 1979 até 2015. O primeiro banco analisa os coordenadores, debatedores e apresentadores, considerando: sexo, área de formação, universidade em que concluiu sua titulação mais alta, universidade ou instituição em que atua, titulação, orientador, orientação teórica, temática empírica, tipo de participação no GT (apresentador, debatedor, coordenador). O objetivo principal deste banco é o de identificar a circulação nacional dos principais grupos de pesquisa vinculados à temática das elites, as orientações teóricas dominantes e os objetos empíricos priorizados. Além disso, ele nos permite apreender os vínculos entre os membros do grupo e a formação de uma rede de pesquisadores que passa a ocupar um lugar central na definição das temáticas, das abordagens e suas respectivas áreas de concentração e região de produção. Já o segundo banco contém informações sobre as referências bibliográficas citadas nos artigos publicados, com o intuito de examinar o lugar da produção intelectual nacional e internacional nos trabalhos apresentados no GT. Como os artigos apresentados e publicados só estão disponíveis para acesso a partir de 2007, só conseguimos analisar o perfil da bibliografia mobilizada da fase mais recente do grupo, o que nos impediu de fazer uma comparação mais ampla com o período anterior¹.

1 O Grupo de Trabalho sobre elites, no encontro da ANPOCS, teve dois momentos principais: um primeiro organizado de 1979 até 1996, com algumas interrupções, e um segundo, organizado a partir de 2007. Há, portanto, um vácuo de dez anos desta temática no principal encontro de cientistas sociais do país. Esses dois momentos possuem características bem diferentes. Muitos pesquisadores da primeira fase mudaram seus objetos e migraram para outros grupos de trabalho, demonstrando, portanto, uma descontinuidade.

Para dar conta dessas questões, o texto está dividido em três momentos principais. Num primeiro momento, analisaremos a primeira fase de emergência e organização da temática e o papel que exerceram as disputas institucionais entre “uspianos” versus “iuperjianos”. Num segundo momento, demonstraremos como “a guinada” bourdieusiana representou um conjunto de mudanças significativas, não só na problematização deste objeto como na diversificação regional e na ampliação das redes de pesquisadores. E, por fim, destacaremos o lugar que assume a referência bibliográfica nacional e internacional mobilizada nas pesquisas realizadas e o que ela nos diz sobre as teorias, autores e modelos de análise mais utilizados.

Um dos traços marcantes nas investigações que caracterizaram estes diferentes momentos do estudo sobre as elites no Brasil é que elas foram profundamente orientadas pelas problemáticas, conceitos e metodologias em voga no espaço acadêmico internacional e, mais recentemente, pelo confronto entre intérpretes “institucionalistas” versus “bourdieusianos”. Essa orientação levou a certo afastamento e mesmo negligência de uma longa tradição de estudos centrados nas condições e processos de composição e recomposição de elites e grupos dirigentes no Brasil. Dentre os temas que foram esquecidos, classificados como historicamente datados e ultrapassados, cabem salientar os estudos com ênfase na dinâmica histórica, como aqueles que se voltaram para o exame do fenômeno do “coronelismo”, do “mandonismo” e das “relações pessoais”. Além disso, a renovação temática ocorrida a partir dos anos 2000 não ocorreu com base no confronto, crítica ou diálogo com os pesquisadores, as investigações e a ampla produção do período anterior. Antes disso, foi novamente a recorrência a teorias, problemáticas e modelos externos que esteve na base dos principais confrontos e polarizações. Tal ausência constitui, sem dúvida, um dos traços marcantes da recorrente tensão entre “autenticidade” e “imitação”, do caráter fragmentário das redes e grupos de pesquisadores, e do uso estratégico de teorias reconhecidas nos centros dominantes para distinção intelectual interna.

1. Os Estudos de Elites no Brasil: entre “uspianos” e “iuperjianos”

Os estudos de elites – no sentido do estudo dos indivíduos que ocupam uma posição dominante na definição e distribuição de recursos em diferentes espaços sociais – constituem uma longa tradição nas ciências sociais,

destacando-se como uma importante área de investigação e objeto legítimo de pesquisa que tem suscitado divergentes interrogações, problemas de pesquisa e problemáticas teóricas e conceituais (CODATO; PERISSINOTTO, 2008; CORADINI, 2008; GRYNSZPAN, 1996).

No Brasil, a temática “elites” recebeu atenção das ciências sociais a partir do final dos anos de 1970. Caracterizado pelo seu forte teor marxista, foi no âmbito das reformulações mais recentes, observadas no âmbito internacional, que o interesse por esse objeto passou por um conjunto de transformações. O banco de dados produzido a partir dos trabalhos apresentados no “GT Elites”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), de 1979 a 2015, evidencia o crescimento deste objeto e a sua distribuição no espaço acadêmico brasileiro, bem como os principais temas e abordagens privilegiadas e as áreas em que dominaram as investigações deste objeto.

A partir da análise do material publicado no GT, é possível afirmar que a produção acadêmica brasileira sobre elites tem se caracterizado pela formação e pelo confronto entre duas grandes orientações teóricas. De um lado, há uma “sociologia política”, cujo foco central é a análise das condições históricas e sociais de constituição de grupos e instituições políticas. Mais recentemente, esta perspectiva esteve vinculada aos trabalhos cuja orientação teórica se aproxima dos estudos de Pierre Bourdieu, principalmente após 2010 com a mudança na coordenação do grupo. De outro, há uma “ciência política”, centrada no exame comportamentalista e internalista do papel das instituições no processo político e de suas relações com as elites políticas. Isso pode ser observado na primeira fase do GT, de 1979 até 1996, e nos primeiros anos da segunda fase, mais propriamente de 2007 até 2009. Apesar dessa relativa mudança de orientação nos últimos anos, persiste para todo o período analisado o predomínio da ciência política como área central no estudo deste objeto.

Num primeiro momento (1979-1996), essas diferenças eram marcadamente institucionais, colocando em posições opostas a “escola de sociologia” da USP (“uspianos”), que tinha uma clara orientação “francesa”, e a “ciência política” feita na UFMG e no IUPERJ (os “iuperjianos”), de orientação norte-americana. Neste contexto, a renovação teórica em direção ao comportamentalismo norte-americano constituiu uma estratégia para a imposição da ciência política no âmbito nacional. Num segundo momento, em meio

a um processo de expansão do sistema universitário e, principalmente, da pós-graduação, trata-se de uma maior diversificação das redes de pesquisadores vinculados ao tema. Desse modo, a renovação teórica toma a forma de uma oposição e concorrência interna entre, de um lado, os herdeiros da sociologia das elites anglo-saxã, cujo foco central é a célebre indagação “quem governa”, caracterizando-se ora por uma abordagem comportamentalista e internalista das instituições ora por um caráter quantitativista e individualista marcante em termos metodológicos, e, de outro, os que se vinculam aos trabalhos de Bourdieu e sua equipe e que se centram na investigação não só dos processos de recrutamento e seleção das elites em diferentes esferas, os quais enfatizam as relações objetivas entre indivíduos e propriedades que os aproximam ou os opõem, como também do estado das relações de forças entre as estruturas de recursos e de capitais mobilizados, bem como dos princípios legítimos de dominação em luta para sua imposição.

Levando em consideração os coordenadores, nessa primeira fase, pode-se observar uma forte concentração de pesquisadores do Sudeste, manifestada por um revezamento inicial entre São Paulo, com forte presença da Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo (USP), e Rio de Janeiro, representado pela IUPERJ e UFF. São estas as universidades e regiões que passam a exercer um papel central na forma de se estudar o tema nesse período.

Essa divisão entre São Paulo e Rio de Janeiro não é, entretanto, uma característica peculiar dos estudos de elites e desse campo de conhecimento. Ao contrário, ela é o reflexo de uma polarização entre a escola paulista de sociologia política, desenvolvida na USP, e os estudos cariocas, concentrados no IUPERJ. Tradicionalmente, a sociologia política “uspiana” apresentou uma forte vinculação com a produção francesa, dando origem a abordagens centradas no caráter sócio-histórico e numa aproximação maior com a sociologia e com a filosofia (LESSA, 2010). A “escola sociológica da USP”, como ficou conhecida, produziu um conjunto de estudos, teses, dissertações, cuja orientação teórica estava vinculada às correntes marxista e estrutural funcionalista (FORJAZ, 1997; LESSA, 2010). São exemplos disso os trabalhos de Francisco Weffort sobre o peso do populismo na política brasileira; o de Maria do Carmo Campello sobre o “Processo político partidário na Primeira República”, publicado pela primeira vez em 1967, e sua tese “Estado e Partidos Políticos no Brasil”; o de Sebastião Velasco a respeito da relação entre empresários e o Estado; e o de Sérgio Miceli que se voltou para análise dos

intelectuais e classes dirigentes no Brasil. É a partir deste grupo que é fundado, em 1981, o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos (IDESP). O ponto forte destes estudos era o exame da estrutura e dinâmica institucional, com ênfase no processo sócio-histórico.

Em contraponto a isso, o núcleo central da institucionalização da ciência política no Brasil é formado pelo IUPERJ e o Departamento de Ciência Política da UFMG (FORJAZ, 1997). Ambos contaram com apoio financeiro da Fundação Ford², inaugurando os cursos de pós-graduação na área e marcando uma forte oposição ao “modelo uspiano”, que, segundo eles, apresentava-se demasiado marxista e estrutural, deixando pouco espaço para a análise da “política como uma esfera autônoma da realidade social, com determinações próprias não subordinadas às esferas econômica, social ou cultural” (FORJAZ, 1997, p. 9). É justamente a ambição de “destacar a autonomia das ‘meras formas político-institucionais’, que não são apenas reflexos da vida social e econômica”, o que constitui o traço marcante da atuação do “grupo mineiro/carioca” (p. 12).

Diante disso, a guinada “behaviorista”, de marcada orientação norte-americana, da ciência política desenvolvida pelos “iuperjianos/mineiros” constituiu um recurso importante na defesa da institucionalização dessa área e na forma de abordar diferentes objetos (LESSA, 2010). Ao contrário dos estudos produzidos a partir da USP que priorizavam o exame das condições externas e das dinâmicas sociais e históricas, os pesquisadores vinculados ao grupo “mineiro/carioca” passaram a enfatizar os traços “internos” dos padrões de comportamentos institucionais. Como exemplos estão: a tese de Wanderley Guilherme dos Santos, defendida em Stanford, sobre o peso do legislativo na crise de 1964; e a de Olavo Brasil de Lima Jr, defendida em Michigan³, sobre o papel das alianças eleitorais, o sistema partidário e a racionalidade política.

Esses autores, apesar de realizarem análises distintas, centraram suas investigações nos impactos das dimensões institucionais e legais, orientados

2 A Fundação Ford foi uma das mais importantes financiadoras da expansão e implantação de uma Ciência Política estadunidense no Brasil. Por meio da concessão de bolsas e do financiamento de pesquisa, a Fundação foi peça-chave na consolidação do projeto norte-americano de formação de elites intelectuais na América Latina. A primeira instituição brasileira a receber recursos foi o Departamento de Ciência Política da UFMG, em 1967, e a segunda foi o IUPERJ, em 1969 (FORJAZ, 1997).

3 Os trabalhos produzidos pelo chamado “grupo de Michigan” constituem o paradigma dominante da ciência política americana sobre comportamento político.

pela preocupação com a experiência do “autoritarismo” e com a “ausência de democracia” na política brasileira (LESSA, 2010). Nessa direção, o IUPERJ e os chamados “iuperjianos” passaram a ocupar uma posição de liderança intelectual nos principais espaços de produção, como se observa na primeira fase do grupo de trabalho “Elites Políticas”, com a coordenação de Eli Diniz, por quatro anos e, posteriormente, de Renato Lessa, nos últimos três anos.

Levando em consideração não só os vínculos institucionais dos coordenadores – que, como vimos acima, apresentam uma forte concentração dos “iuperjianos” – mas também dos debatedores, apresentadores e as próprias características dos principais temas abordados, podemos perceber que a estrutura do GT reflete os efeitos dessa polarização.

Quadro 1: Distribuição dos Debatedores e Apresentadores por Instituição

	IUPERJ	UFF	UFMG	UFRJ	USP	FGV	Outras Universidades
Debatedores	41,0%	17,9%	2,6%	----	5,1%	15,4%	18%
Apresentadores	15,0%	15,0%	6,2%	1,7%	7,9%	18%	35%

O quadro acima demonstra, no caso dos debatedores, uma forte presença do IUPERJ, seguido da UFF, reforçando o predomínio “do modelo iuperjiano” na definição das problemáticas e na forma de conduzir e tratar a reflexão sobre o objeto. Já para os apresentadores, a polarização entre Rio de Janeiro/ Minas Gerais *versus* São Paulo é mais intensa, compondo 65% daqueles que tiveram seus textos discutidos e analisados pelos coordenadores e debatedores. Tal polarização também se reflete nos espaços de formação da titulação mais alta. Do conjunto dos apresentadores, debatedores e coordenadores, 53% se formaram na USP e no IUPERJ e 30% realizaram seu doutorado fora do país, com destaque, de um lado, para as universidades estadunidenses (Michigan/Stanford) e, de outro, para as universidades francesas e inglesas (Glasgow/Oxford/École de Hautes Études/Paris I).

Nesse sentido, pode-se dizer que há uma forte endogenia entre essas duas universidades, uma vez que, devido à estrutura do sistema de pós-graduação brasileiro nesse contexto, grande parte da produção se concentrava entre esses dois grandes polos numa circulação entre eles. Uma das principais consequências disso é a formação de redes de pesquisadores endógenas. Isso se manifesta no GT por meio das relações de orientação dos debatedores convidados e dos trabalhos selecionados para apresentação. Exemplifica isso o fato de que a maioria dos apresentadores foi orientada por um dos coordena-

dores e/ou debatedores, ao mesmo em que muitos dos debatedores ou foram orientados por um dos coordenadores ou possuem vínculos institucionais com algum deles.

O exame das temáticas permitiu identificar que, no primeiro período do GT (1979-1996), foram priorizados os estudos das elites políticas e das elites econômicas e empresariais. Do total de estudos realizados durante todo o período de existência do GT, as primeiras representam 29,9% e as segundas 12,5%. Já no tocante ao total de estudos realizados sobre as elites políticas, 55,8% correspondem ao primeiro período e no caso das elites econômicas e empresariais esse percentual fica em 63,6%. A predominância destes dois tipos de elites está relacionada aos investimentos acadêmicos dos dois principais coordenadores do GT, Renato Lessa e Eli Diniz, os quais posteriormente passam a se dedicar a dois novos Grupos de Trabalhos na ANPOCS: o de instituições políticas e o de empresariado. O privilégio ao “plano institucional” está diretamente associado à ênfase nas variáveis ou fatores políticos na explicação destas temáticas principais. As abordagens tinham como base “fatores estritamente internalistas”, enfatizando tanto as interações e dimensões institucionais (ação do Estado, padrões de interações no legislativo, processos de intermediação de interesses etc.) quanto a racionalidade de suas práticas internas (processos decisórios, papel do sistema partidário, alianças eleitorais, sistema de representação etc.).

Desse modo, esse primeiro momento da produção acadêmica sobre elites (1979-1996) pode ser caracterizado, inicialmente, pelo confronto institucional entre duas principais “escolas”: a de sociologia política da USP (“uspianos”), que tinha uma clara orientação “francesa”, e a “ciência política” feita na UFMG e no IUPERJ (os “iuperjianos”), de orientação norte-americana. Para fazer frente ao domínio institucional até então da escola sociológica da USP, a importação do modelo comportamentalista norte-americano se tornou um dos recursos importantes para a defesa e afirmação da ciência política como área especializada e institucionalizada de investigação no âmbito nacional e como a principal área na coordenação e na definição das temáticas e dos trabalhos apresentados no GT.

É interessante observar que essa orientação “comportamentalista” não implicou uma recusa da história enquanto material e evidência empírica, tal como ocorreu nos EUA, uma vez que, no caso brasileiro, muitos continuaram utilizando evidências históricas como base de sua explicação. A

principal diferença com o que se fazia na escola sociológica da USP é que, nesta nova orientação, a história não é o fator explicativo, trazendo apenas evidências empíricas que fundamentam suas explicações “internalistas” e “institucionalistas” (FORJAZ, 1997; LESSA, 2010). Em suma, trata-se de um uso fortemente empirista, voltado à preocupação com a “autenticidade” e com a explicação da problemática e do dilema nacional, e não como fornecendo interpretações e explicações “históricas”. Daí decorre a ruptura com o marxismo e a escola sociológica.

Em consonância com isso, a preocupação central da ciência política direciona-se para a compreensão da experiência “autoritária” e das “fragilidades” de nossas instituições políticas e nossa democracia. Para isso, a abordagem “institucionalista” constitui uma alternativa às análises anteriores da política. Nessa lógica, uma série de temas que enfatizavam as dinâmicas políticas históricas, como aqueles da “sociologia política” que examinavam o fenômeno do “coronelismo”, do “mandonismo” etc., foi classificada como historicamente datada e ultrapassada.

Como se pode ver, tanto a USP quanto o IUPERJ construíram uma tradição intelectual fundada numa relação de conformidade com os centros dominantes produtores de teoria. O que se observa, portanto, com esse material, é que se trata de dois centros universitários regionais de produção das ciências sociais que, mediante vínculos com diferentes centros de produção dominante no cenário internacional, disputavam internamente a autenticidade na interpretação e explicação das dinâmicas e problemas nacionais: autoritarismo, coronelismo, elites políticas, partidos políticos. Nessa relação, todo o conhecimento anterior produzido em solo nacional foi considerado não científico e ensaístico demais, sendo simplesmente classificado como “pensamento social”. A retomada do GT a partir de meados dos anos 2000 não foi muito diferente, posto que também não ocorreu com base no confronto, crítica ou diálogo com os pesquisadores, as investigações e a ampla produção tanto da “sociologia política” quanto do próprio do GT no período anterior. Antes disso, foi novamente a importação de teorias, problemáticas e modelos externos, que esteve na base dos principais confrontos e polarizações.

2. Rumo a Novas “Guinadas” Teóricas

A fase seguinte, que se inicia nos anos 2000 e se caracteriza pela retomada do GT em 2007, apresenta algumas continuidades na medida em que novamente veremos em torno do GT o confronto entre uma “sociologia política” e uma “ciência política”. No entanto, observam-se também algumas mudanças. Os “institucionalistas” assumem um caráter mais “quantitativista”, enquanto a “sociologia política” volta-se para uma orientação marcadamente “bourdieusiana”. Associada a estas mudanças de orientações, encontra-se uma maior diversificação institucional e regional no que diz respeito à universidade de origem dos coordenadores, debatedores e apresentadores. Todavia, esta continuidade em termos da polarização entre as principais orientações em jogo no estudo das elites não teve como base o diálogo, confronto ou mesmo ruptura com as abordagens e produções anteriores. Ainda que alguns coordenadores dessa nova fase tenham sido apresentadores ou orientandos de debatedores do período anterior, é novamente a recorrência a escolas, autores e abordagens externas para se sobrepor nas disputas internas que fundamenta a renovação em ambas as orientações. Por isso, faz sentido falar desse período como uma nova “guinada” teórica.

De um lado, os defensores de uma “ciência política” institucionalista se voltam para uma abordagem individualista em termos metodológicos, centrando-se nos mecanismos informais e nas metodologias “quantitativistas” oferecidas, inicialmente, pelos cursos de metodologia do IUPERJ e do departamento de Ciência Política da UFMG, podendo também ser chamados de “institucionalistas quantitativistas”. São exemplos disso os trabalhos de Codato e Perissinotto (ambos orientandos de um dos apresentadores e debatedores do GT anterior) e que se voltam para a investigação dos condicionantes objetivos dos eleitos por meio dos testes de variáveis, tais como: profissão, sexo, cor, classe, partidos (CODATO; CERVI; PERISSINOTTO, 2013; BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016).

Estimulados por questões como “quem se torna prefeito”, “quem se eleger”, “o que afasta os negros e as mulheres da política”, estes estudos tomam o recrutamento político como uma relação entre variáveis, através das quais podemos observar as associações “fortes” ou “fracas”. Outro exemplo nessa mesma linha são os estudos sobre os partidos políticos que enfatizam o “problema da seleção de candidatos”, buscando responder a questões como:

“Quem pode ser eleito? Quem escolhe? Quem é selecionado? Quais as consequências do recrutamento?” (BRAGA; BOLOGNESI, 2013). A preocupação aqui está centrada nas dinâmicas operacionais dos partidos políticos com base no exame de estatutos, normas internas e programas, valores culturais e normas sociais referentes aos candidatos apropriados, tipos de experiências e conhecimentos adequados, modelando a oferta de candidatos, oferecendo redes sociais, treinamentos, habilidades cívicas e experiência organizacional (NORRIS, 2013). Os resultados obtidos, em geral, estão quase sempre baseados em questionários e/ou entrevistas com candidatos ou eleitos. Nesse sentido, Bolognesi (2013) mostra, com base em survey com candidatos, como operam os partidos ao formarem a lista de candidatos a deputado federal, concluindo que, uma vez que eles tenham sido selecionados por filiados, delegados, líderes ou líder único, podemos demarcar nítidas diferenças entre eles quanto à estrutura e à dinâmica prática do processo de seleção de candidatos nas organizações partidárias.

Do outro lado, estão aqueles que se vinculam a uma “sociologia política” com base nos trabalhos de Bourdieu e sua equipe, podendo também ser designados como “bourdieusianos”. Diferentemente da abordagem anterior, trata-se, nesse caso, de priorizar a investigação dos processos de recrutamento e seleção das elites em diferentes esferas. Aqui a ênfase está nas relações objetivas entre as propriedades e trajetórias sociais que aproximam ou opõem os agentes, no estado das relações de forças entre as estruturas de recursos e de capitais mobilizados, bem como nos princípios legítimos de dominação em luta para sua imposição (CANEDO, 2002; 2011; CORADINI, 2008; MICELI, 1988; 2001). Do ponto de vista metodológico, trata-se de apreender, com base em informações biográficas diversificadas sobre os indivíduos, as propriedades sociais e os deslocamentos dos dirigentes no espaço social e político e de articulá-los com mudanças e transformações diacrônicas.

As duas primeiras edições desta segunda fase, de 2007 até 2009, foram coordenadas por Renato Perissinotto e Miguel Serna, com o título “Elites e Instituições Políticas”, numa associação entre Universidade Federal do Paraná e Universidad de La Republica del Uruguay. É, sobretudo, a partir de 2010 que se pode observar uma alteração mais significativa no tratamento do objeto, como também nos vínculos institucionais dos coordenadores, passando a coordenação de 2010 até 2012 para Ernesto Seidl e Mário Grynszpan,

numa parceria entre a Universidade Federal de Sergipe e a Fundação Getúlio Vargas. Com esse novo grupo, nova orientação temática e teórica foram introduzidas, o que pode ser observado na mudança do próprio título do GT, que passou a se chamar “Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder”. Entre os anos 2013 e 2015, o GT foi proposto com base numa parceria entre os dois grupos, representado por Ernesto Seidl e Adriano Codato, este último da Universidade Federal do Paraná. A necessidade de articulação entre os dois grupos conduziu novamente a reformulações na denominação do GT, que então passou a se denominar: “Elites e Espaços de Poder”.

Nesse sentido, cabe observar que, apesar desta alternância nas coordenações do GT a partir de meados dos anos 2000, a renovação e o desenvolvimento dos estudos sobre “elites” foram marcados pela concorrência entre estas duas principais orientações: de um lado, os “institucionalistas quantitativistas” que coordenaram sozinhos a primeira edição, e, do outro, os “bourdieusianos” que também estiveram sozinhos à frente da segunda coordenação. Diferente das anteriores, a terceira coordenação se caracterizou pela parceria entre elas. Sendo assim, pode-se dizer que até 2015 o trabalho de coordenação do GT foi igualmente dividido entre estas duas principais orientações⁴.

Tais perspectivas passaram a dominar a temática “elites” e a concentrar a produção acadêmica sobre o tema a partir do GT, conduzindo à emergência de determinados objetos analíticos em detrimento de outros. Uma análise feita a respeito das temáticas priorizadas nos trabalhos apresentados permitiu identificar que, apesar de ainda existir certa concentração em estudos “institucionalistas” sobre elites políticas e governantes, com 48,2% dos trabalhos apresentados no GT, representada pelos estudos sobre deputados, senadores, governadores, vereadores, há, por outro lado, uma grande diversificação das temáticas e dos tipos de elites tomados como tema de investigação pelas ciências sociais brasileiras. Além de se destacarem os vários tipos de elites (eclesiásticas, militares, intelectuais, jurídicas, econômicas, burocráticas etc.), observa-se também a predominância do exame das carreiras, dos padrões de recrutamento e da composição social como objetos de investigação privilegiados. De certo modo, esta diversificação temática está associada

4 A título de informação, cabe salientar que, em 2016, não houve Seminário Temático (que geralmente constitui uma prévia do GT), mas, em 2017, a quarta coordenação do GT está novamente nas mãos dos “bourdieusianos”, numa parceria entre UFMA e UFSCAR.

à entrada do grupo “bourdieusiano” na coordenação do GT a partir de 2010.

Enquanto os trabalhos apresentados no período coordenado pelos “institucionalistas quantitativistas” estavam associados ao estudo dos eleitos, dos quadros dirigentes e dos governantes, os do período de coordenação dos “bourdieusianos” se revelaram mais diversificados, abrangendo uma população mais ampla como alvo de estudos de elites. Sem dúvida, o segundo grupo contribuiu para uma renovação e expansão dos estudos, sobretudo a partir dos anos de 2010, momento em que se observa um aumento do interesse no GT por diferentes tipos de elites: das políticas às sindicais, das profissionais e culturais às militantes etc. Este novo movimento contribuiu para integrar diferentes níveis e métodos de análise, ampliando as possibilidades analíticas e empíricas e envolvendo desde a análise histórica e uso de documentos até entrevista e análise biográfica. O exame dos mecanismos de seleção, das dinâmicas de recrutamento e da estrutura de capitais, antes ignorados, conduziu a um novo eixo de investigação com uma abrangência empírica maior. Percebe-se, então, que o reflexo da problemática bourdieusiana traduziu-se em estudos sobre a relação entre as trajetórias individuais, os princípios de dominação e a estrutura de capitais.

Este confronto entre “institucionalistas quantitativistas” e “bourdieusianos” no estudo de elites se manifesta de forma característica quando se examinam as universidades de origem, titulação e formações acadêmicas dos apresentadores de trabalho. A grande predominância (61,8%) é de professores universitários, seguidos de mestrands (26,4%) e doutorandos (11,8%). No que diz respeito à titulação, observa-se doutores, em primeiro, com 48,2% pesquisadores ainda em fase de qualificação, realizando mestrado (35,5%), mestres com 12,7%, e pós-doutores com 3,6%. Apesar dos coordenadores do GT estarem vinculados a universidades situadas em diferentes regiões do país, ainda há forte predominância dos trabalhos do Sul (26,4%) e do Sudeste (39,1%), em todos os períodos, seguidos do Nordeste (18,2%), Norte (8,2%), estrangeiros (4,5%) e Centro-oeste (3,6%). É importante compreender também que as universidades que mais se destacam na produção do tema são, em primeiro lugar, a UFPR; em segundo, a UFSCAR; em terceiro, a UFRGS e a UFS; em quarto, a UFMA; e, em quinto, UFPA. A circulação de trabalhos do Nordeste está concentrada na UFS e UFMA, universidades estas de coordenadores e debatedores do GT cuja formação universitária transcorreu em universidade do Sul. Além disso, a apresen-

tação de trabalhos oriundos do Nordeste aparece diretamente relacionada a vínculos estabelecidos com os coordenadores do GT. Já as universidades do Sul e Sudeste apresentam uma projeção maior, mantendo o vínculo com organizadores e debatedores do GT, mas ampliando para outros espaços acadêmicos, como UNESP, UNIFESP, UNIMONTE.

A estas diferenças em termos de universidades de origem e de titulação, corresponde uma clara distinção em termos das áreas de formação. A principal diferença está entre ciência política com 50,44% do total de trabalhos apresentados e sociologia/ciências sociais com 36,12%. Em terceiro lugar está a área de antropologia com 6,19%. Ciências econômicas e direito têm respectivamente 1,77%, o que corresponde a duas apresentações para cada área durante todo o período. Já educação, história, jornalismo, psicologia social e relações internacionais aparecem cada uma com apenas uma apresentação no decorrer do período analisado. Tal diferença de área reflete, por um lado, a grande predominância da ciência política no estudo de elites e, por outro, o progressivo investimento da sociologia política em relação a essa temática.

Esta oposição entre as principais áreas está também estreitamente ligada ao confronto entre “institucionalistas quantitativistas” e “bourdieusianos” em torno do GT, uma vez que a primeira orientação tem sido amplamente predominante na ciência política, enquanto que a “sociologia política” (também chamada sociologia do poder e das elites) está muito mais próxima dos “bourdieusianos”. Isso fica mais claro quando se observa que é justamente durante a primeira coordenação que há uma grande predominância de trabalhos da área de ciência política: se do total de trabalhos apresentados durante a primeira coordenação, esse percentual é de 57,14%, durante a terceira, ele cai para 38,71%. Já no caso da sociologia ocorre um pequeno aumento, passando de 26,19%, durante a primeira coordenação, para 30%, durante a segunda, e 29,03%, durante a terceira.

Acrescente-se a isso que, paralelo a essa diminuição da área de ciência política em cada diferente período de realização do GT, há o aumento da participação de outras áreas de formação. Assim, enquanto que na primeira coordenação os trabalhos apresentados eram basicamente da área de ciência política e de sociologia, na segunda e terceira ampliaram-se a participação de apresentadores com formação em outras áreas, como antropologia, ciências econômicas, educação, jornalismo etc. Nesse sentido, pode-se dizer que,

paralelamente à introdução da problemática “bourdieusana” e à ampliação deste grupo na coordenação do GT, houve uma maior diversificação dos tipos de objetos e perspectivas estudadas.

Diferentemente do período anterior, essa nova “guinada” teórica no estudo das elites esteve diretamente associada a uma maior diversificação institucional e regional da rede de pesquisadores vinculados a esse tipo de estudo. Ainda que a maioria dos “institucionalistas quantitativistas” esteja vinculada ao Programa de Sociologia Política da UFPR, no caso dos “bourdieusianos” a rede é bem mais diversificada com pesquisadores no Sul, no Sudeste e no Nordeste, não se podendo falar no domínio de uma instituição, como era no tempo da “sociologia política da USP”. Antes disso, há uma maior circulação de apresentadores, de debatedores e até mesmo de coordenadores de diferentes universidades do país.

Em parte, isto está associado a uma maior difusão de Bourdieu no Brasil como um todo (BORTOLUCI; JACKSON; PINHEIRO FILHO, 2015), enquanto que a ciência política “institucionalista quantitativista” ainda parece concentrada nos pesquisadores que tiveram uma formação nos cursos de metodologia do IUPERJ e do Departamento de Ciência Política da UFMG. Por outro lado, isso é resultado também de uma maior expansão de diversificação do sistema de pós-graduação no Brasil nos anos 2000, possibilitando uma maior circulação da rede de pesquisadores cuja formação transcorreu no Sul e Sudeste para diferentes regiões do país.

Muito semelhante ao que ocorreu no período anterior, observamos que essa ampliação da problemática e diversificação da rede de pesquisadores que pesquisam o tema não estiveram associadas a um maior diálogo ou confronto com a produção anterior, tanto dos trabalhos da sociologia política anteriores à formação do primeiro GT quanto das próprias abordagens e produções de tal GT. Pelo contrário, a longa bibliografia produzida pela literatura brasileira na área da ciência política e da sociologia política não é mobilizada nessa segunda fase do grupo de trabalho. É justamente quando examinamos a bibliografia mobilizada pelo conjunto dos trabalhos apresentados no período de 2007 em diante que percebemos de forma clara o quanto esta nova “guinada” negligencia a produção brasileira anterior sobre o tema.

3. Usos e Abusos das Referências Bibliográficas

Como se sabe, as escolhas bibliográficas não só exprimem os compromissos teóricos e metodológicos dos autores e revelam suas filiações, como também nos permitem compreender as redes a que estão vinculados. Quanto a isso, o exame dos principais autores e obras citadas pelo conjunto dos trabalhos apresentados no GT revela uma característica que, como já salientamos, está também presente no conjunto da produção acadêmica das ciências sociais brasileira: o amplo conhecimento e a forte referência a teorias e abordagens produzidas na Europa e EUA e a ausência de discussão e confronto com a produção acadêmica nacional anterior (COSTA, 2010).

Nesse sentido, observa-se que, do conjunto da bibliografia utilizada, 54,8% são autores brasileiros e 45,2% são estrangeiros⁵. Os estrangeiros que mais aparecem são franceses e estadunidenses, com 15% cada. Os demais se dividem entre britânicos, alemães, italianos e latino-americanos. Consequentemente, as regiões de produção das obras citadas se dividem entre, de um lado, América Latina, em especial o Brasil, com 56,8%, e, de outro, a Europa (27%) e a América do Norte (15,9%).

Todavia, um dos aspectos que merece maior reflexão é o fato de que a forte vinculação da produção nacional sobre elites com a teoria social internacional não ocorre a partir de um confronto com a extensa produção brasileira anterior relacionada ao estudo dos grupos dirigentes no país. Pelo contrário, como já observamos antes, tal como aconteceu nas “guinadas” teóricas anteriores, a longa bibliografia produzida pela literatura brasileira na área da ciência política e da sociologia política não é mobilizada nessa segunda fase do GT. Isso fica evidente quando se examinam os autores mais recorrentes nos trabalhos apresentados. Tal exame revela que Bourdieu é de longe o autor mais citado, seguido por alguns dos principais tradutores e intérpretes de sua aplicação no Brasil, indicando uma clara predominância dos que se aproximam da problemática “bourdieusiana” no estudo dos grupos dirigentes.

5 Foram cadastrados 1.739 diferentes autores citados pela bibliografia e 2.320 obras citadas.

Quadro: Autores mais citados por nacionalidade

Autor	Vezes que foi citado	Nacionalidade
BOURDIEU P.	97	Francês
CORADINI O. L.	33	Brasileiro
MICELI S.	26	Brasileiro
GRUN R.	24	Brasileiro

Quando cruzamos os autores citados na bibliografia com as universidades de origem dos proponentes dos artigos apresentados no GT, podemos perceber que Bourdieu é citado em, praticamente, todas as universidades, com destaque para: UFSCAR, UFMA, UFRGS, UFS, UNICAMP, USP, universidades com forte presença de autores do grupo “bourdieusiano”. Isso indica, por um lado, o impacto da produção do autor nas ciências sociais brasileiras. Sua citação nessas universidades está diretamente associada ao impacto da obra de Pierre Bourdieu no Brasil, no que diz respeito especificamente à temática das elites. Por outro lado, indica também a forte coesão da rede de pesquisadores “bourdieusianos”, pois ainda que seja bastante diversificada, uma vez que faz parte dela pesquisadores vinculados a instituições universitárias e programas de pós-graduação localizados em diferentes regiões do país, tal rede se desenvolveu a partir dos principais representantes da aplicação de Bourdieu no Brasil e tem como base a intensa citação intragrupo.

Nesse sentido, destacam-se os estudos de Sérgio Miceli (1988; 2001) sobre os intelectuais e as elites dirigentes, realizados na USP. Os trabalhos que resultaram desta orientação se voltaram para a compreensão dos capitais acumulados e das estratégias de consagração em diferentes setores: empresários, gerentes, arquitetos, indústria cultural, jornalistas, dentre outros (GRUN, 1995). Merecem destaque também os estudos de Canedo (2002; 2011), de Almeida (2009) e os trabalhos produzidos a partir da Unicamp, os quais deram ênfase aos herdeiros, às estratégias de reprodução familiar e suas consequências nas carreiras políticas. Ganharam espaço também os estudos sobre o papel dos títulos escolares na consagração das elites. E, por fim, mas não menos importante, destacam-se os estudos vinculados aos trabalhos e à orientação de Coradini na UFRGS. Esta última orientação resultou em investigações sobre elites militantes, políticas, militares, intelectuais, profissionais e religiosas, cuja problemática central voltou-se para o processo de acúmulo e reconversão de recursos (CORADINI, 2008; ANJOS, 2006;

OLIVEIRA, 2005; 2008a; 2008b; PETRACA, 2007a; 2007b; 2008a; 2008b; GRILL, 2008; 2013; REIS, 2015; REIS; GRILL, 2014; ENGELMAN, 2004; SEIDL, 2004; SEIDL; GRILL, 2013).

Essa forte presença de Bourdieu e da rede de pesquisadores “bourdieusianos” entre as principais referências dos trabalhos apresentados no GT é reforçada pelo fato de que das cinco obras mais citadas duas são dele: “O Poder Simbólico”⁶, que aparece como a obra mais citada, e “La Noblesse d’État”, que aparece como a quarta obra mais citada. No tocante à participação de referências estrangeiras, cabe destaque ainda o fato de que a terceira obra mais citada é também de um francês: “Os Intelectuais e a Política no Brasil”, de Daniel Pécaut. Entre os brasileiros, “A Construção da Ordem”, de José Murilo de Carvalho, aparece como a mais citada, juntamente com Bourdieu, e duas obras de Leôncio Martins Rodrigues: “Partidos Políticos, Ideologia e Composição Social”, que aparece como a segunda obra mais citada, e “Mudança na Classe Política Brasileira”, como a quinta obra.

Diferente do quadro que se apresentou pela análise dos autores mais citados, quando estão em jogo as principais obras de referência para o estudo da temática, a presença de três trabalhos de dois autores brasileiros chama a atenção. Ela confirma o recorrente esquecimento e ausência de confronto tanto com a ampla produção nacional anterior do GT quanto com os estudos clássicos da sociologia política brasileira sobre as elites nacionais: das obras citadas apenas uma é de autor que teve passagem como apresentador no primeiro período do GT, enquanto que as outras duas são de um autor sem vínculo anterior com o GT, ainda que um de seus orientandos tenha sido um dos coordenadores. Nenhum dos trabalhos clássicos sobre as elites brasileiras figura entre as obras mais citadas, confirmando que a ausência de confronto com a produção nacional constitui também uma das características principais desta renovação e “guinada teórica” da produção brasileira no estudo dos grupos dirigentes.

Como já deixamos claro, a recorrente tensão entre “autenticidade” e “imitação”, associada à crescente fragmentação da produção intelectual brasilei-

6 Vale a pena observar que a obra mais citada de Bourdieu está longe de ser um dos seus estudos considerados clássicos para o estudo dos grupos dirigentes (como *La Noblesse D’État*), mas uma obra de divulgação geral de seu pensamento. Para uma análise da relação entre essa forma de apreensão e difusão do pensamento deste autor e as condições institucionais, de concorrência e de exercício das ciências sociais no Brasil, ver Coradini (1996).

ra entre redes e grupos de pesquisadores diversificados e ao uso estratégico para distinção interna das teorias dominantes no cenário internacional, não constitui uma particularidade da produção intelectual sobre elites e grupos dirigentes. Todavia, tais aspectos nos permitem entender a negligência em relação às investigações sobre as condições e as dinâmicas de formação e de recomposição das elites brasileiras, através das análises das “parentelas”, do “coronelismo”, da “família extensa”, do “mandonismo”, das “relações pessoais”, entre outras. Em função disso, são recorrentes algumas dificuldades na compreensão de situações como a brasileira, apesar das constantes renovações teóricas e metodológicas, de uma grande diversificação da problemática envolvida na investigação dos grupos dirigentes através desses estudos (PETRARCA; OLIVEIRA, 2017) e das oposições institucionais entre “ciência política” e “sociologia política”, entre “institucionalistas quantitativos” e “bourdesianos”. O que chama a atenção nesta análise da recente produção intelectual sobre elites é que os usos das teorias reconhecidas no cenário internacional deixam de ser mobilizados, como no período anterior, para a busca de “autenticidade” das problemáticas e dilemas nacionais. Trata-se, agora, de uma busca pelo reconhecimento da interpretação capaz de melhor traduzir o legítimo uso de autores e escolas dos centros dominantes nas disputas internas. Enfim, passamos então de uma situação em que a busca de “autenticidade” para a luta interna dá lugar à luta interna pelo reconhecimento dos intérpretes autorizados das escolas e autores consagrados internacionalmente.

Considerações Finais

A análise da produção brasileira sobre “elites” e “grupos dirigentes” ao longo de quase três décadas permitiu compreender a formação deste campo de estudos e a construção deste objeto nas ciências sociais brasileira. Apesar da longínqua oposição entre “ciência política” e “sociologia política” no estudo dos grupos dirigentes brasileiros, um dos aspectos que merece aprofundamento e reflexão é a continuidade de uma tradição intelectual que é feita de rupturas, de mudanças de orientações e de inovações teóricas e conceituais que têm como base uma “ausência de consciência da continuidade intelectual, do pertencimento a uma tradição” (BRANDÃO, 2010, p. 372). Frequentemente, nos vemos diante de formulações que começam “vá-

rias vezes do zero, ignorando aqueles que antes deles tentaram os mesmos diagnósticos e as mesmas soluções” e que, por vezes, “adotaram perspectivas ‘metodológicas’ semelhantes” (Id. *Ibid.*, p. 372). Diretamente vinculada a isso, está a recorrente tendência de importação de abordagens conceituais, de problemáticas e de interpretações eurocêntricas como fundamento dos debates e confrontos. Semelhante ao que tem acontecido em outras áreas de investigação (GOIRAND, 2010, p. 460; OLIVEIRA, 2013), isso tem como base a inserção e circulação de estudantes e pesquisadores entre grupos e redes de pesquisa vinculadas a universidades e instituições dos EUA e da Europa e contribui para que conceitos consagrados ou problematizados pela produção acadêmica internacional sejam aplicados sem maiores questionamentos a respeito de sua pertinência para a situação brasileira e sem confronto com a produção nacional sobre o tema.

No decorrer da longa história do GT Elites, observa-se a existência de 4 grupos com orientações teóricas distintas, cada qual buscando o controle da temática e mobilizando para isso recorrentemente um conjunto de abordagens consagradas no âmbito internacional, sem confrontá-las com as perspectivas e a produção anteriormente utilizadas pelas ciências sociais brasileiras. Por isso, apesar das recorrentes oposições e mesmo confronto entre estes diferentes grupos, pode-se dizer que, de maneira geral, eles se caracterizam pela importação de modelos teóricos e conceituais dos países hegemônicos como signo de distinção interna e pela carência de discussão e confronto destas abordagens com as que já foram adotadas por cientistas sociais brasileiros, o que conduz naturalmente ao abandono de autores cuja produção é marcada pela extensa pesquisa empírica sobre a dinâmica nacional. Esta falta de diálogo com os pares nacionais produz, por um lado, uma diversidade e pluralidade teórica, conceitual e metodológica, mas, por outro, impede o diálogo com a produção nacional e a criação de uma tradição que possa promover o acúmulo de conhecimento, de problemáticas e de objetos de análise que concorram para consolidação desta área de pesquisa no Brasil.

Por isso, as recorrentes inovações e renovações teóricas da produção intelectual brasileira foram ao longo do artigo caracterizadas como “guinadas teóricas”, no sentido de que têm sido fortemente baseadas na importação de escolas, teorias e autores europeus e estadunidenses e no abandono e ausência de confronto e diálogo com a produção intelectual nacional, estando

voltadas exclusivamente à rearticulação institucional das redes de pesquisadores vinculados a determinado tema ou disciplina. A cada movimento de renovação teórica, a sociologia brasileira também renova e reforça sua posição subalterna em relação à sociologia mundial: às teorias e aos conceitos vindos de fora, produzidos pelos países que ocupam posição hegemônica no cenário internacional. Sem dúvida, tal prática não constitui um traço particular ou inerente à produção brasileira, uma vez que está na base da divisão do trabalho que desde o início caracterizou a posição colonialista das ciências sociais ocidentais (COSTA, 2010).

Dessa forma, ao aplicar de forma automática tais conceitos e problemáticas à situação brasileira, sem o devido questionamento das bases empíricas que os fundamentam e de sua pretensa universalidade, os cientistas sociais brasileiros acabam dando continuidade a esta posição de simples reprodutores de modelos importados (teóricos e conceituais), ficando à margem do debate, da crítica da universalidade de tais formulações e de sua possibilidade de dar conta das múltiplas e distintas formas de configuração da “modernidade”. Um dos principais efeitos disso é a recorrente aplicação de teorias “pouco compatíveis com a modernidade brasileira” (COSTA, 2010, p. 45) e a ausência de reflexão teórica e conceitual sobre a própria modernidade e sua relação com o Brasil no âmbito da sociologia brasileira e mundial.

Portanto, o GT Elites constitui um caso exemplar para a compreensão e demonstração dos efeitos da fragmentação nas dinâmicas de concorrência interna. Em condições concorrenciais marcadas pela diversificação das redes de pesquisadores, os cientistas sociais não hesitam em ativar como trunfos autores e escolas consagradas no espaço internacional, mobilizando para isso seu capital intelectual variado (recrutamento de novos membros, redes internacionais, ativação de instâncias de consagração, publicações etc.). Uma das consequências desta dinâmica é que ela ignora a existência de uma tradição de estudos, pesquisas e confrontos sobre o tema, produzindo intérpretes autorizados que lutam internamente pela melhor interpretação das escolas e autores consagrados internacionalmente.

Um dos constrangimentos que pesam sobre os cientistas sociais brasileiros é que a fragmentação, marcada pela forte concorrência interna para ocupar os espaços de consagração e legitimação das ciências sociais nacionais (como ANPOCS, GTs etc.), impediu a formação de “movimentos científicos/

intelectuais” capazes de produzir lideranças que disputem problemáticas e teorias no cenário internacional. Uma das consequências disso é a dificuldade de assumir uma postura crítica e propositiva diante das teorias e conceitos dominantes e de traduzir os problemas estudados em problemáticas e questões universais das ciências sociais, conduzindo à manutenção da reprodução do que já foi denominado por Maia e Caruso (2012) como a constante tensão entre “imitação” e “autenticidade”.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ana Maria A. (2009), *Escola dos Dirigentes Paulistas*. 1 ed. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora.

ANJOS, José Carlos Gomes. (2006), *Intelectuais, Literatura e Poder e Cabo Verde: lutas pela definição da identidade nacional*. 1 ed. Porto Alegre: EDUFRGS.

BOLOGNESI, Bruno. (2013), A Seleção de Candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas Eleições Legislativas Federais Brasileiras de 2010. Percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, pp. 45-68.

BOLOGNESI, Bruno; PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. (2016), “Reclutamiento político en Brasil. Mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014”. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 61, n. 226, pp. 183–212.

BORTOLUCI, José Henrique, JACKSON, Luiz C.; PINHEIRO FILHO, Fernando A. (2015), Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. Lua Nova: *Revista de Cultura e Política*, n. 94, pp. 217–254.

BOURDIEU, Pierre. (2002), Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 145, pp. 3-8.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. (1998). “Sur les ruses de la raison impérialiste”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 121, n. 1, pp. 109–118.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; BOLOGNESI, Bruno. (2013), “Dossiê Recrutamento Político e Seleção de Candidatos nas Democracias Contemporâneas”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, pp. 5-9.

BRANDÃO, Gildo Marçal. (2010), “Ideias e Argumentos para o Estudo da História das Idéias Políticas no Brasil”. In: MARTINS, Carlos Benedito; LESSA, Renato; FIGUEIREDO, Angelina Maria Cheibub. (Ed.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*. Ciência política. São Paulo: ANPOCS; Instituto Ciência Hoje; Discurso Editorial; Barcarolla. pp. 367-376.

- CANEDO, Letícia. (2002), “Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)”. *Pro-posições*, v. 13, n. 3, pp. 169-198.
- CANEDO, Letícia. (2011), “Um capital político multiplicado no trabalho genealógico”. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, pp. 55-75.
- CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. (2008), “Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, pp. 7-15.
- CODATO, Adriano; CERVI, Emerson; PERISSINOTTO, Renato. (2013), “Quem se elege prefeito no Brasil: condicionantes do sucesso eleitoral em 2012”. *Cadernos ADENAUER*, v. 2, pp. 61-84.
- CORADINI, Odaci Luiz. (2008), As Elites como Objeto de Estudos. In: CORADINI, Odaci Luiz. *Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS. pp. 7-18.
- CORADINI, Odaci Luiz. (1996), “O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização”. *Revista Veritas*, v. 41, n. 162, pp. 207-220.
- COSTA, Sérgio. (2010), “Teoria por Adição”. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza; BOTELHO, André. (Ed.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil. Sociologia*. São Paulo: ANPOCS; Instituto Ciência Hoje; Discurso Editorial; Barcarolla. pp. 25-51.
- ENGELMENN, Fabiano. (2004), *Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS.
- FRICKEL, Scott; GROSS, Neil. (2005), “A General Theory of Scientific/Intellectual Movements”. *American Sociological Review*, v. 70, n. 2, pp. 204-32.
- FORJAZ, Maria Cecilia Spina. (1997), “A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, online. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2018.
- GOIRAND, Camille. (2010), “Penser Les Mouvements Sociaux d’Amérique Latine. Les approches des mobilisations depuis les années 1970”. *Revue Française de Science Politique*, v. 60, n. 3, pp. 445-466.
- GRILL, Igor Gastal. (2008), “Heranças Políticas” no Rio Grande do Sul. 1 ed. São Luís: EDUFMA.
- GRILL, Igor Gastal. (2013), “Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios”. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (org.). *As Ciências Sociais e o Espaço da Política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV. pp. 103-140.

- GRUN, Roberto. (1995), *A Revolução dos Gerentes Brasileiros*. 1 ed. São Carlos: EDUFSCAR.
- GRYNZSPAN, Mario. (1996), “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”. *BIB*, n. 41, 1º. Semestre, pp. 35-83.
- LESSA, Renato. (2010), “O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista”. In: MARTINS, Carlos Benedito; LESSA, Renato; FIGUEIREDO, Angelina Maria Cheibub. (ed.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil. Ciência política*. São Paulo: ANPOCS; Instituto Ciência Hoje; Discurso Editorial; Barcarolla. pp. 13-49.
- MAIA, João Marcelo Ehlert; CARUSO, Gabriela de Brito. (2012), “Uma Trajetória Intelectual Periférica: Hussein Alatas e a sociologia autônoma”. *Perspectivas*, v. 41, pp. 53-77.
- MICELI, Sérgio. (1988), *A elite eclesiástica brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MICELI, Sérgio. (2001), *Intelectuais à Brasileira*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- NORRIS, Pippa. (2013), “Recrutamento Político”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, pp. 11-32.
- OLIVEIRA, Wilson José F. de. (2008a), “Engajamento Político, Competência e Elites Dirigentes do Movimento Ambientalista”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, pp. 167-186.
- OLIVEIRA, Wilson José F. de. (2008b), “Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil”. *Dados*, v. 51, pp. 751-777.
- OLIVEIRA, Wilson José F. de. (2005), “*Paixão pela Natureza*”, *Atuação Profissional e Participação na Defesa de Causas Ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS.
- OLIVEIRA, Wilson José F. de. (2013), “A Arte de Resistir às Palavras: inserção social, engajamento político e militância múltipla”. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (org.). *As Ciências Sociais e o Espaço da Política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV. pp. 141-178.
- PETRARCA, Fernanda Rios. (2008a), “Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul”. *Política & Sociedade*, v. 7, pp. 311-329.
- PETRARCA, Fernanda Rios. (2008b), “Competência Profissional, Recursos Políticos e Defesa do Jornalismo”. *Sociedade e Cultura*, v. 11, pp. 91-101.
- PETRARCA, Fernanda Rios. (2007b), “Conflitos Profissionais e Usos do Título Acadêmico para o Exercício do Jornalismo no Rio Grande do Sul”. *Teoria & Sociedade*, v. 1, pp. 94-119.

PETRARCA, Fernanda Rios. (2007a), *O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no RS*. Tese de Doutorado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS.

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José F. de. (2017), “Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas”. *Política & Sociedade*, v. 16, pp. 191–224.

REIS, Eliana Tavares dos. (2015), *Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política: um estudo sobre os militantes que lutaram contra a ditadura no Rio Grande do Sul*. 1 ed. Porto Alegre; São Luís: ZOUK; EDUFMA.

REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. (org.). (2014), *Estudos sobre elites políticas e culturais*. 1 ed. São Luís: EDUFMA.

SAINT-MARTIN, Monique. (1988), “A propos d’une rencontre entre chercheurs [Sciences sociales et politique au Brésil]”. *Actes de la recherche en sciences sociales* 71, n. 1, pp. 129–34.

SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (2013), *As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: FVG.

SEIDL, Ernesto. (2004), *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS.